



REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

COLEÇÃO PELO IMPÉRIO

N.º 72

CONQUISTA E COLO- NIZAÇÃO DO PARÁ

por

FERNANDO VASQUES

Am
347.42
10434

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E BIBLIOTECA
AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

1 9 4 1



Biblioteca Arthur I. ...
Biblioteca Arthur I. ...
Registro: 15018
Data: 12.02.07

CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DO PARÁ

Conquista e colonização

DO vastíssimo território brasileiro, descoberto pelos navegadores portugueses e por estes entregue ao senhorio do seu Rei, foi o seu extremo-norte o último trecho a ser por êles colonizado e chamado ao convívio da civilização.

A história desta extensa região acha-se intimamente interlaçada e os seus heróis e grandes vultos, em geral, não podem ser citados ou apontados privativamente, como no caso vertente, na história do Pará, por ser certo que a sua acção e feitos se exerceram, por vezes, no âmbito dêsse território que hoje forma três Estados: — Maranhão, Pará e Amazonas.

Portugal atrasou-se um século em abarcar sob as suas vistas a vasta extensão do «Rio-mar»; e a razão dêste atraso é bem natural e fácil de compreender-se, tendo-se em consideração a reduzida cifra da população de Portugal, nessa época, e a pouca conveniência de ser desfalcado o número dessa população com

o fim de colonizar, ao mesmo tempo, todo o extensíssimo território do Brasil.

E foi, sem dúvida, conforme opinam alguns historiadores, por efeito desta natural tardança da colonização portuguesa que outros povos, tais como inglêses, irlandeses, holandeses e franceses, tentaram e conseguiram mesmo assentar aqui os seus arraiais, tendo em mira não tanto trazer a estas terras a luz da civilização, como tirar delas o máximo de proveito material, utilidade e riqueza que levariam para os seus países agraçados, conforme já em 1615 expunha *Manoel de Sousa de Eça*, em circunstanciado relatório ao govêrno de Portugal, sôbre a situação da Amazónia, ao sabor dos «estrangeiros que ali vão carregar tabaco, sementes, trigo, boas madeiras e até terra em pipas».

Quando, porém, chegou o momento preciso, resolveram os portugueses, filhos e netos de intemeratos heróis, dar combate sem tréguas aos intrusos ocupadores dessas terras, as quais só a Portugal pertenciam, pelo justo título da descoberta.

Neste intuito e depois de haver tomado parte activa na segunda expedição, partida de Olinda contra os franceses localizados no Maranhão (1614), foi o bravo capitão *Francisco Caldeira de Castelo Branco* escolhido e designado por Alexandre de Moura, comandante daquela expedição, para seguir, rumo ao norte, a «descobrir e conquistar as terras do Pará» nos termos do regimento que ali mesmo lhe fôra dado, em data de 22-12-1615 e do qual constavam os seguintes dizeres: — «...botará dali fora os estrangeiros que ali residem... tratará de reduzir a nós tôda a gente circunvizinha... Saiba que fará muito serviço a Sua Majestade desenganando-o de abusos».

Com tal nomeação, incumbência e ordem, partiu Francisco

Caldeira Castelo Branco, do Maranhão, segundo as mais autorizadas opiniões, a 25 de Dezembro de 1615, vindo desembarcar no lugar onde hoje se encontra a cidade de Belém, em 12 de Janeiro de 1616.

Nesta terra, para êle nova, sob todos os pontos de vista, não encontrou Caldeira, de início, dificuldades, nem sequer da parte dos índios (Tupinambás) que perto dali se achavam localizados em muitas e populosas aldeias. (Barredo — *Anais*).

Logo depois do seu desembarque e tendo escolhido o ponto que melhor lhe pareceu para a construção de um forte, lançou a primeira pedra do de nome «*Presépio*», que seria destinado à defesa da cidade de Belém, de cuja fundação, em seguida, se ocupou, dando-a como capital à «*Feliz Lusitânia*», designação então dada à região amazônica.

No desempenho do seu cargo de capitão-mor do Pará, um gravíssimo defeito logo se deixou transparecer em Caldeira Castelo Branco: a violência e o arrebatamento do seu gênio e maneiras, mórmente para com os indígenas da vizinhança, que tão pacificamente o haviam acolhido, ajudando-o até na edificação do forte do «*Presépio*» e aos quais êle, em paga, infligia os maiores maus tratos e os mais inacreditáveis vexames.

Da fundação e fortificação da cidade de Belém deu logo Caldeira o necessário conhecimento ao govêrno da Metrópole, para onde fêz partir, com a alviçareira notícia, uma caravela sob o comando do piloto António Vicente Cochado, o mesmo fazendo para o Maranhão, aonde enviou, por terra, o alferes *Pedro Teixeira*, com cartas para Gaspar de Sousa, governador do Brasil, e Jerónimo de Albuquerque, governador do Maranhão, dando-lhe conta da fundação de Belém e pedindo, como para a Metrópole fizera, refôrço de gente, armas e munições,

em vista de ser informado de que os holandeses se achavam estabelecidos em várias localidades do Grão-Pará «onde era mister expulsá-los».

Como resposta a esta solicitação, logo Jerónimo de Albuquerque mandou regressar, por mar (para chegar mais depressa) Pedro Teixeira, mandando em sua companhia o capitão Custódio Valente com 30 arcabuzeiros e muitos índios frecheiros e ainda grande cópia de munições e produtos, no valor de 2.000 cruzados.

Em Lisboa foi também a dita notícia recebida com agrado, o que bem provam os termos da carta do Vice-Rei ao governador do Brasil: — «...porquanto dêste pôrto de Lisboa mando que também se envie um navio com mantimentos, munições e gente, para que Francisco Caldeira não deixe de conseguir o efeito para que aí foi enviado, e depois dêste pretendo mandar breve outro bastante e com gente para prover aquela conquista».

Razão tinha, de facto, Caldeira para pedir estes reforços, embora a pretexto de combate aos estrangeiros, pois, em breve, os índios vizinhos de Belém, conhecedores da revolta dos seus irmãos do Maranhão, resolveram também rebelar-se e converter em espírito guerreiro a amizade antes votada a Caldeira e aos portugueses. Tal gesto, porém, lhes foi funesto, pois, em vários recontros com as tropas de Caldeira, verificaram que, mais que as suas setas velozes e certas, feriam e matavam os arcabuzes por aquêles disparados.

Não satisfeito e intranquilizado mesmo com tão indesejável vizinhança, encarregou Caldeira, em 1617, o alferes Francisco Medina de ir, com um grupo de 20 soldados portugueses, escolhidos, dar combate de extermínio aos tupinambás.

Esta fôrça guerreira, assim constituída, subiu o rio Guamã

e aproximou-se do aldeamento dos referidos indígenas que logo, tendo-os por inimigos, da praia e de dentro de algumas igaras, cobrem de setas (tão avultado era o número dêstes indígenas) o lanchão que conduzia a tropa de Caldeira. Passados os primeiros momentos de natural indecisão da tropa portuguesa, diante de uma tão violenta recepção, ordenou Medina que entrasse em acção a artilharia, com cujo ribombo os selvagens se espantaram e amedrontaram a tal ponto que foram completamente dizimados e aniquilados, dizendo Barredo, nos seus *Anais*, que «foram poucos os que se salvaram dos pesados golpes, valendo-se da terra que ganharam a nado».

Assim, continuaram a manter-se tensas as relações dos tupinambás com Caldeira, até que, em Julho de 1617, chegaram a Belém os frades Capuchos da Província de Santo António, sob a direcção de Frei António da Merciana, os quais logo trataram de edificar no Una, subúrbio não distante de Belém, um improvisado convento, promovendo uma rápida e segura reaproximação dos índios tupinambás que, de hostis, passaram de novo a cooperar proveitosa e dedicadamente com os portugueses nos seus esforços de expansão através da vasta Amazónia.

Era o admirável triunfo da fé transfundida naqueles espíritos pela luz da catequese.

Dando ainda cumprimento a parte do seu mandato, no que à expulsão dos estrangeiros se referia, encarregou Caldeira essa difícil missão ao alferes *Pedro Teixeira* que logo partiu, com uma pequena armada, ao encontro de uma majestosa e bem guarnecida nau de guerra holandesa que singrava alta-neira as águas barrentas do Amazonas. Renhida e por vezes indecisa se apresentou a peleja, até que as tropas de Pedro

Teixeira conseguiram, com suas setas incendiárias, pôr em chamas a referida nau, de cuja tripulação apenas logrou salvar-se um homem, de apelido «Trombeta» e que os soldados de Pedro Teixeira caridosamente recolheram.

Foi esta a primeira vitória em que o nome de Pedro Teixeira começou a consagrar-se como o de um valente guerreiro e denodado patriota, predestinado para futuros e mais estrondosos sucessos.

A prepotência de Caldeira proporcionou-lhe um fim trágico, pois, em fins do ano de 1618, por motivo de uma fútil rixa de seu sobrinho, capitão António Cabral, com o também capitão António Neto, donde resultou o assassinio dêste por aquêle, em vista da impunidade escandalosa dada ao criminoso, com represálias e prisão dos adeptos da parte contrária, explodiu violentamente a indignação popular contra Caldeira Castelo Branco.

A estes motivos conhecidos devia ter-se juntado, como em tais casos costuma acontecer, uma boa dose de tôrvas intrigas que contra Caldeira incessantemente ferviam, por trás dos bastidores da já então existente política administrativa.

Em conseqüência de tudo isso, foi o fundador da cidade de Belém e seu primeiro capitão-mor preso e posto com ferros aos pés, sendo, no ano seguinte (1619), por determinação do governador geral do Brasil e prévio assentimento do govêrno da Metrópole, embarcado para Lisboa, a-fim-de ir ali acabar triste e obscuramente os dias da sua vida de algumas glórias, é certo, mas de não menos crueldades.

Pela deposição de Caldeira, os tupinambás de novo se encorajaram, ameaçando a cidade de Belém, no que foram repellidos em mais de uma tentativa, até que, em 1619, é

nomeado capitão-mor do Pará o fidalgo da casa real, *Jerónimo Fragoso de Albuquerque*, que, por ordem expressa de D. Luiz de Sousa, governador geral do Brasil, depois de haver embarcado Caldeira, em ferros, para Lisboa, com as fôrças de terra e mar que consigo havia trazido e com a valiosa cooperação do capitão *Pedro Teixeira*, deu nova caçada aos tupinambás, cujas tabas e choupanas foram destruídas e reduzidas a cinzas.

Por esta mesma ocasião e vindo também do Maranhão com sua tropa sanguinária, formada de 80 homens, chegou a Belém o cruel e deshumano *Bento Maciel Parente* que, desejando impor-se ao conceito do govêrno da Metrópole, não achou degrau para subir senão os cadáveres sacrificados dos pobres indígenas que êle por tôda a parte perseguia, escravizava e matava. Era a sanha de um ódio gratuito, mas que ao seu espírito aparecia como cousa agradável às vistas dos dirigentes e de molde a grangear-lhe as suas simpatias e boas graças.

Em 1622, vindo ao Pará investido de missão especial, chegou a vez a *Luiz Aranha de Vasconcelos* de enfrentar os estrangeiros que em terras da Amazônia se haviam estabelecido e fortificado. Neste intuito, atacou denodadamente os fortins de Orange e Nassau, nas margens do rio Xingú.

Para consolidar esta vitória e continuar ostentando o prestígio e o predomínio português, *Bento Maciel Parente* erigiu nesse mesmo ano o forte de Santo António de Gurupá que ficou sendo, nessa época, a guarda mais avançada de tôdas as fortalezas portuguesas na Amazônia.

Em 1531, é tomado aos inglêses por *Jácome Raimundo de Carvalho* o forte de Felipe, situado entre o Matapi e Amuirapucu.

Em 9 de Julho de 1632, *Feliciano Coelho de Carvalho*,

com 240 soldados e 500 índios, tomou o último reduto estrangeiro, o forte inglês de Camuú, acima de Macapá, em cuja defesa os ingleses foram ajudados pelos índios Ingahibas que também aí receberam severo e tremendo castigo.

Assim estavam, moralmente, expulsos do território português, no norte do Brasil, os estrangeiros intrusos que para ali tinham acorrido, atraídos pela riqueza e exuberância da sua flora, assim com pela variedade imensa da sua fauna e apenas com fins de mercantilismo.

Entre os muitos portugueses que no Pará vieram exercer profícua actividade, occupa, sem dúvida, lugar de alta proeminência o capitão *Pedro Teixeira* que praticou aqui consideráveis actos de valor, já combatendo e derrotando as forças estrangeiras, já dominando e contendo em respeito o elemento indígena, tão propenso à desordem e à revolta.

Como reconhecimento do seu valor e recompensa dos seus apreciáveis serviços, foi *Pedro Teixeira* chamado ao Maranhão pelo então governador *Jacome Raimundo de Noronha* que o encarregou de organizar, dirigir e comandar uma grande expedição militar e marítima que fôsse reconhecer e dominar toda a indecisa região amazônica. Era isto no ano de 1637 e logo *Pedro Teixeira* com os poucos recursos e mingoado contingente de tropas que ali foram postos à sua ordem, rumou para Belém e daqui, rio acima, até Cametá, onde conseguiu aumentar a sua frota com mais algumas embarcações (que ficaram sendo em número de 45) e grande quantidade de índios, bons atiradores (cêrca de 1.000).

Foi só depois de executados todos estes preparativos que *Pedro Teixeira* se abalançou, confiante e resolutos, à subida do caudaloso Amazonas, o que fêz até ao Napo (Palácios) de

onde, por terra e com uma parte da sua comitiva, continuou a sua bandeira triunfante até chegar a Quito (Perú) 15-8-1638.

Foi na sua chegada e já mesmo à sua aproximação de Quito que *Pedro Teixeira* pôde reconhecer a quanta glória o tinha guindado o grandioso empreendimento em que se achava envolvido, pois que ali lhe eram tributadas, abertamente, honras em nada inferiores às de príncipe.

À sua chegada ao Santuário de Nossa Senhora de Guapulo, que dista da cidade de Quito apenas meia hora, foi ali cantado um solene «Te Deum», ao qual *Pedro Teixeira* assistiu da capela-mor, em riquíssima cadeira de veludo carmezim franjada de ouro e almofadas do mesmo estilo, e onde, com todo o respeito e religiosa unção, lhe foi apresentada a milagrosa imagem para que dêle recebesse filial veneração. Terminada esta cerimónia religiosa, foi organizado, em honra do heróico bandeirante, um luzido cortejo em que tomou parte a nobreza de Quito, bem como o Tribunal e a Câmara, indo todos montados em garbosos cavalos ricamente ajaezados. À entrada da cidade, postavam-se, em duas alas compactas, inúmeras pessoas de tôdas as classes, disputando o prazer de ver passar o «bandeirante do Pará». Em sua visita à Real Audiência, ocupou *Pedro Teixeira* o lugar de honra, ao lado do presidente, sentado em cadeira com docel de veludo e ouro. Para homenagear ainda *Pedro Teixeira* e a sua comitiva e, na pessoa dêstes, Portugal que ali se achava galhardamente representado, foram organizadas touradas e cavalladas, danças públicas, iluminações e fogos de artifício.

Pedro Teixeira, nada tendo de maior valor para deixar em Quito, como recordação histórica da sua bandeira até ali levada, e ao mesmo tempo como preito de agradecimento por tantas

honras que lhe foram prestadas e pela excelente hospitalidade a si e a seus companheiros dispensada, resolveu organizar (Barredo — *Anais*) uma carta hidrográfica de tôda a sua jornada desde Belém e um relatório sumário da bandeira realizada, o que tudo, por um emissário expresso, foi enviado, com mostras de grande satisfação, pelo Presidente de Quito ao conde de Chichon, vice-rei do Perú.

Resolvido o regresso da bandeira a Belém, efectuou-se a partida em 16-2-1639, vendo *Pedro Teixeira* a sua comitiva, agora, aumentada por grande número, principalmente de frades e missionários que conseguiram permissão para vir trabalhar e auxiliar a catequese dos índios do Pará.

Retornaram, por terra, ao ponto onde haviam deixado as suas embarcações, em Palácios, na margem e foz do rio Napo, onde durante onze longos meses o capitão *Favela* com parte dos índios atiradores ficara aguardando a volta dos companheiros e onde fôra, por mais que uma vez, sitiado e atacado pelos ferozes e canibais índios de uma tribo em extremo aguerrida e valente, conhecida pela designação de «*índios encabelados*», nome que certamente lhes foi dado pelo motivo de usarem cabelos e barbas excessivamente compridos.

Chegando *Pedro Teixeira* e tendo conhecimento do ocorrido durante a sua ausência, logo tratou de dar tremendo castigo a estes ousados selvagens, sendo feito tal número de vítimas entre êles que os cadáveres rolados até ao leito do rio Napo chegaram a represar o curso das suas águas.

Para ter tempo de combater e castigar devidamente êsses índios e ainda para consertar algumas das embarcações, teve *Pedro Teixeira* necessidade de permanecer ali, por espaço de alguns meses, o que lhe trouxe à mente a idéia de fundar

naquele lugar, como realmente fundou, uma povoação que servisse para fixar o limite divisório dos domínios portugueses com o solo do país vizinho, o Perú.

De todo êsse acto, ao qual foi dada a máxima solenidade e um certo cunho ritual, se lavrou uma acta completa e devidamente assinada aos 16 de Agôsto de 1639, da qual consta expressamente que o capitão *Pedro Teixeira* «tomou posse, pela Coroa de Portugal, do dito sítio e mais terras, rios, navegações e comércios».

A essa povoação foi por êle dado o nome de «Franciscana» e nela foi *fixado um marco* que ficasse indicando, através das idades, os limites do território portuguêz para aquela direcção do continente.

Estabelecido assim o limite extremo da Amazónia, começou a fazer-se a descida em direcção a Belém, tendo *Pedro Teixeira* necessidade de deter-se em vários pontos das margens do rio, já para receber manifestações amigas dos índios que por ali se encontravam, já para adquirir dêles, a trôco de algumas quinquilharias, frutas e outros gêneros da terra que servissem para o alimento da tropa da sua bandeira.

A chegada a Belém deu-se em 2-12-1639, sob vivas aclamações de tôda a população, tendo à sua frente o próprio capitão-mor, revestindo assim o acto o máximo de imponência.

Após uma demora de poucos dias em Belém, seguiu *Pedro Teixeira* para o Maranhão, a dar, verbalmente, conta da sua longa e demorada expedição ao governador do Estado, que então era *Bento Maciel Parente*.

Foi esta, indiscutivelmente, uma das maiores conquistas feitas pelos portugueses no Brasil e na qual *Pedro Teixeira* se revelou, além de guerreiro e sertanista, um grande diplomata

e, acima de tudo, um português que, sendo-o de nascimento, mostrou ainda sê-lo de alma e coração quando (ainda em duração da dominação espanhola sôbre Portugal), êle não soube ocultar o seu amor pátrio, «tomando conta dessas terras pela Coroa de Portugal».

Para galardoar êste alto e relevante serviço de *Pedro Teixeira*, foi-lhe dado o lugar de capitão-mor do Pará, cargo que assumiu em 28-2-1640 e que exerceu em meio de gerais simpatias, como já o havia feito antes (1620) quando, pela ida à Metrópole do capitão-mor *Custódio Valente*, o Pará ficou entregue à sua espada, tendo, nesta ocasião, de exercitar, além das suas qualidades de guerreiro, o seu tino e grande táctica política no sentido de desviar *Bento Maciel Parente* do ousado intento com que chegou a Belém, de assumir pela fôrça o cargo de seu capitão-mor.

Tal foi o ascendente e a lógica de *Pedro Teixeira* neste delicado caso, que conseguiu a retirada de *Parente* para o Maranhão, depois de haver desistido do seu desejo.

Tendo assumido o cargo de capitão-mor do Pará, como foi dito, em 1640, pouco tempo depois, teve de o abandonar por motivo da doença que logo em 1641 o vitimou.

A glória que a *Pedro Teixeira* adveio da supra-exposta bandeira que fêz até ao Perú, não deverá immortalizá-lo sòmente a êle, mas, nêle e com êle, deve immortalizar também o anónimo e esforçado guerreiro (verdadeiro soldado desconhecido) que lhe emprestou, como, em geral, empresta a todos os heróis, o seu desinteressado esfôrço.

São, pois, dignos de nota, ao lado de *Pedro Teixeira*, neste alto feito histórico e patriótico, os oficiais que o acompanharam, sentindo-se honrados por militarem às suas ordens, os 70 sol-



Descripcao
de todo o Maritimo da terra de

S^{TA} CRVS

Chamado vulgarmente o

O BRAZIL

Por Joao Teixeira cosmographo
sua maestade
anno 1640

Reprodução do rosto da «Descripção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil», por João Teixeira. — Ano de 1640

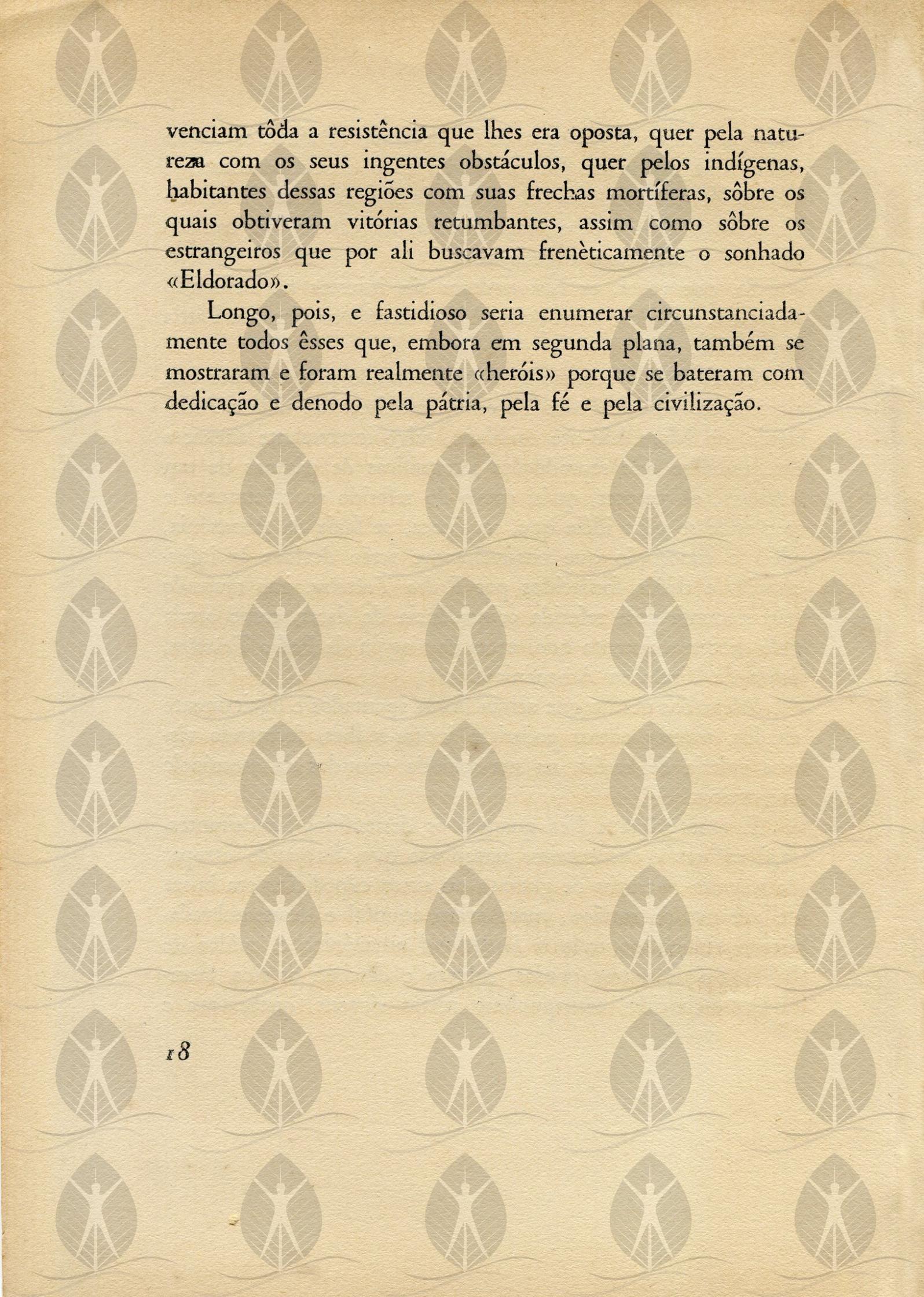
dados portugueses que tanto se lhe dedicaram e ainda os 1.000 índios que lealmente lhe prestaram todo o seu concurso, já desferindo, na hora própria, as suas frechas certeiras, já impulsionando a remo e com braço forte as 45 canoas que compunham a sua gloriosa expedição.

Se, por vezes, os historiadores são injustos na atribuição da glória, não deve nem pode sê-lo o reconhecimento da Pátria agradecida.

Confirmando e como que rememorando praticamente êste portentoso feito de *Pedro Teixeira*, reconhecendo tôda a Amazónia, do Maranhão até ao Napo, julgo interessante anexar a êste trabalho três reproduções fotográficas de páginas de um «Atlas», ao parecer, quási coevo do referido acontecimento e por onde se vê a idéia que, na época, se fazia da Amazónia, idéia e concepção que possivelmente serão devidas às informações e dados fornecidos por *Pedro Teixeira*, isto ajuizado não sòmente pela referida coincidência de datas, como ainda pelo desconhecimento que, antes da viagem de *Pedro Teixeira*, havia da «indecisa Amazónia».

Além dos nomes que acima ficam apontados e ligeiramente citados, muitos outros poderiam juntar-se-lhes, formando vistosa galeria de heróis, na sua maioria oriundos da metrópole portuguesa.

E tantos foram êles quantos os destemidos bandeirantes, exploradores e aventureiros sertanistas que, formando «tropas de resgate», «tropas de guerra» ou ainda expedições em busca de «drogas do sertão», marchavam triunfal e desassombradamente através de todo o *hinterland* amazónico e, saídos de Belém ou de outros pontos, subiam e desciam os rios, avançavam cachoeiras, transpunham matas virgens, quebravam e



venciam tôda a resistência que lhes era oposta, quer pela natureza com os seus ingentes obstáculos, quer pelos indígenas, habitantes dessas regiões com suas frechas mortíferas, sôbre os quais obtiveram vitórias retumbantes, assim como sôbre os estrangeiros que por ali buscavam freneticamente o sonhado «Eldorado».

Longo, pois, e fastidioso seria enumerar circunstanciadamente todos êsses que, embora em segunda plana, também se mostraram e foram realmente «heróis» porque se bateram com dedicação e denodo pela pátria, pela fé e pela civilização.

II

Religião

CONQUISTANDO o Pará, necessário se tornava fazer aqui verdadeiro também o verso do imortal Camões, em que êle mostra claramente a finalidade máxima das descobertas e conquistas dos portugueses, «dilatar a Fé e o Império» (Canto I, 2).

De pouco aproveitaria aos brios de Portugal esta insigne conquista, se nela fulgisse apenas a espada, desacompanhada da Cruz; se nela houvesse apenas o valor do heroísmo e não o valor da fé.

Portugal só conquistava para converter e civilizar e os seus mais destacados vultos, aquêles que, como também diz Camões, «da lei da morte se foram libertando» (Canto I, 2), foram sempre, em síntese admirável, um misto de herói e de santo.

Ao conquistarem e reconhecerem o vasto território do Pará, logo os bravos portugueses puderam constatar e com

satisfação que a messe era abundante, pois se viam diante de um número verdadeiramente incalculável de índios aborígenes, outras tantas almas que se lhes deparavam para serem conduzidas à fé.

A conversão e aproximação dêstes aborígenes tornava-se precisa, segundo já escrevia *Simão Estácio*, nos seus *Intentos da Jornada do Pará*: — «Primeiramente se há-de levar por norte a propaganda da nossa santa fé católica à conversão do gentio morador da terra com ânimo de caridade e desinteressado, porque é êste o título e brasão da fundação e instituição dêste Reino. Com estes se deve usar de tôda a justiça e caridade para os edificar e conquistar-lhes os ânimos, porque com ela mais que com as armas se conquista, como diz a Sabedoria.»

Neste mesmo sentido escrevia *Manoel de Sousa de Eça*: — «O que mais se deve procurar para aumento da nossa santa fé nas fazendas de Vossa Magestade e bem da terra é a paz universal com todo o gentio e a sua conversão.»

Nesse intuito, logo acorreram a Belém do Pará missionários católicos de várias ordens, tais como Capuchos de Santo António, Carmelitas, Jesuitas, Mercedários, Capuchos da Piedade e outros mais, em cujos trabalhos e, por vezes, sacrifícios o Estado se apoiou para garantir a sua segurança e predomínio político.

Os primeiros dêstes abnegados homens de Deus a chegar ao Pará (1616) foram os *Capuchos de Santo António*, sob a direcção de Frei António de Merciana, os quais, localizando-se nas cercanias de Belém, logo entraram em amistoso contacto com os índios tupinambás e a tal ponto souberam dominar-lhes o espírito e os sentimentos que, dentro em breve, chegaram

estes a cooperar altamente com as tropas portuguesas na obra de expansão territorial e na expulsão dos estrangeiros.

Em 1627, vindos do Maranhão, chegaram também ao Pará os *Carmelitas* e, em 1652, os *Jesuitas* que, por perfi-lharem e desenvolverem a idéia da abolição, suscitaram contra si grande antipatia, principalmente da parte dos colonos (fazendeiros) que, no braço índio escravizado, viam residir o segrêdo do seu sucesso e fortuna.

Em 1640, com frades e missionários descidos do Quito, na bandeira de Pedro Teixeira, instalou-se em Belém a ordem das *Mercês*, cuja majestosa igreja ainda hoje existe, assim como o monumental convento a ela anexo e actualmente occupado pela Alfândega de Belém e outras repartições públicas.

Em 1693, chegaram da Europa os *Capuchos da Piedade*, cuja casa capitular era na cidade do Pôrto.

Irradiando de Belém, todos ou quási todos estes missionários e outros mais que se lhes vieram juntar no amanho da grande «vinha do Senhor» se distribuíram na tarefa da catequese aos índios, chegando alguns dêles a atingir grandes distâncias à margem do Amazonas e dos seus numerosos afluentes, até cujas cabeceiras levaram o seu espírito de devotamento e de sacrifício.

Entre tôdas as ordens religiosas vindas ao Pará (Amazónia) é justo anotar, entre os que mais se salientaram, os de Santo António, Carmelitas e Jesuitas, sendo mesmo estes últimos os que melhor menção merecem, porque, além do cumprimento fiel da sua missão divina, a catequese, sempre procuraram tirar para Portugal o máximo de proveito e até o melhor partido político que lhes era dado tirar.

Entre estes (Jesuitas) destacou-se extraordinariamente o

P.^o António Vieira, chegado a Belém em 1653 e que se nos apresenta, além de um literato de gêma, um incomparável catequista e missionário, um extático admirador das belezas e grandezas da vastíssima Amazónia, as quais soube traduzir em brilhantes trechos da sua esmerada linguagem, um político habilíssimo, de fino tacto e constante atenção a tôdas as necessidades da região e dos seus habitantes, as quais, franca e desassombradamente, levava ao conhecimento das autoridades supremas de Portugal — o Rei e o seu govêrno — nada lhes ocultando daquilo que pudesse servir para orientar-lhes o espírito e a acção governativa. Como noutro lugar fica dito, foi o P.^o António Vieira, por si e pelos missionários seus companheiros, o mais denodado propagandista da abolição da escravatura indígena, o que lhe acarretou fortes dissabores e até uma certa aura de impopularidade.

Isto, porém, não demoveu os intentos e a coragem de Vieira que, do alto dos púlpitos, continuamente verberava, em sua linguagem cortante, o procedimento deshumano dos escravizadores dos índios e isto até que uma grande revolta dos colonos portugueses, no Pará e Maranhão, fêz que muitos jesuitas fôsem remetidos para Lisboa debaixo de rigorosa prisão. Entre estes ia também o P.^o António Vieira que foi ali denunciado ao Santo Ofício por motivo do seu livro, hoje raríssimo, *Clavis Profetarum*, do qual se encontra um exemplar, guardado com respeito e carinho, na Biblioteca e Arquivo Público de Belém.

Não logrou Vieira, embora longe do Pará, mas a êle preso por grandes simpatias, ver antes de morrer (1697) tornada realidade a idéia que tantas atenções lhe despertou e tantos sacrifícios lhe fêz sofrer: a libertação dos índios escravos, a qual, só em 1741, se verificou, pela bula papal de 20 de

Dezembro dêsse ano, mandada executar no Pará pelo Marquês de Pombal e que declarava textualmente que «todos os índios são livres e podem gozar das honras, privilégios e liberdade de que gozam os demais vassallos portugueses».

Lendo a história dos trabalhos e sacrifícios dêsses homens abnegados, os missionários, que, debaixo do seu modesto hábito, albergavam o mais puro amor à Pátria, pudemos bem concluir que foram êles com os seus esforços e até, por vezes, com o derramamento do seu sangue, uma das mais valiosas pedras a alicerçar o edifício da dominação pacífica do Brasil. Para isso, para conseguirem resultados tão apreciáveis, todos os meios, por mais difíceis que fôsem, se lhes tornavam familiares. Estudaram a fundo a língua dos índios para os compreenderem e dêles se fazerem bem compreender, e, não contentes com isto, e para captar-lhes as simpatias, e melhor poderem catequizá-los, apontam os historiadores como típico o estudo por êles feito dos gostos e predilecções dêsses indígenas e, concluindo que as maiores delas eram pela música, levarem sempre, nas suas viagens catequéticas, entre outras quinquilharias, alguns instrumentos rudimentares de música, tais como flautas, buzinas e chocalhos (maracás, em língua tupi).

Depois de todos estes apóstolos da fé católica no Pará, é digno ainda de nota e especial menção o prelado português, *D. Frei Caetano Brandão*, varão de grande saber e virtudes que, em 1782, foi nomeado bispo do Pará, onde se mostrou um verdadeiro apóstolo, internando-se no sertão e aí prègando e catequizando, talqualmente o mais humilde missionário.

Ao seu espírito igualmente apostólico e humanitário é devida a fundação, em Belém, da Santa Casa da Misericórdia e ainda de outro grande hospital no largo de Santa Luzia.

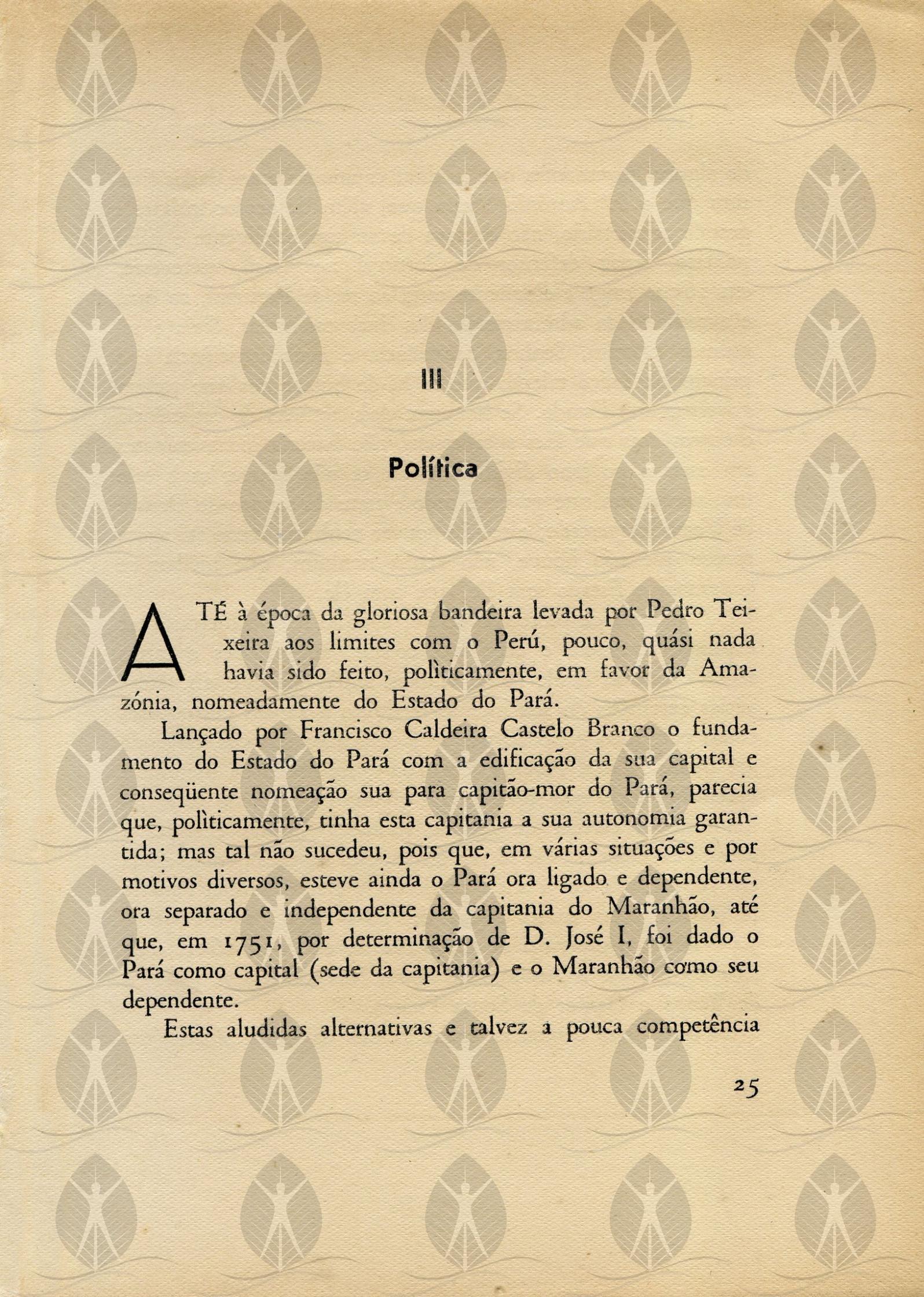
Como recompensa do seu zêlo, foi êle, em 1789, de novo chamado para Portugal a ocupar a cadeira arquiépiscopal da cidade de Braga.

Muito lhe ficou devendo o Pará, embora fôsse curta a sua permanência aqui e foi tal a simpatia que a sua memória despertou no espírito público que as Autoridades de Belém resolveram exteriorizar êsse nobre sentimento de gratidão, dando o seu nome (D. Frei Caetano Brandão) à praça fronteira à igreja catedral da cidade de Belém, capital do Estado do Pará.



Reprodução duma página do código «Descripção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz, etc.»





III

Política

A TÉ à época da gloriosa bandeira levada por Pedro Teixeira aos limites com o Perú, pouco, quási nada havia sido feito, politicamente, em favor da Amazónia, nomeadamente do Estado do Pará.

Lançado por Francisco Caldeira Castelo Branco o fundamento do Estado do Pará com a edificação da sua capital e conseqüente nomeação sua para capitão-mor do Pará, parecia que, politicamente, tinha esta capitania a sua autonomia garantida; mas tal não sucedeu, pois que, em várias situações e por motivos diversos, esteve ainda o Pará ora ligado e dependente, ora separado e independente da capitania do Maranhão, até que, em 1751, por determinação de D. José I, foi dado o Pará como capital (sede da capitania) e o Maranhão como seu dependente.

Estas aludidas alternativas e talvez a pouca competência

de alguns governantes que às ditas capitâneas eram dados fizeram que o P.^o António Vieira que, além de orador insigne e grande missionário, não deixava de ser um inteligente e hábil político, tenaz defensor de Portugal no Brasil, escrevesse, em 1654, longa e eloqüente carta ao rei de Portugal, na qual e a respeito da administração das duas capitâneas, dizia o seguinte: «Assim, Senhor, consciência e mais consciência é o principal e único talento que se há-de buscar nos que vierem governar êste Estado. Se houvesse dois homens de consciência e outros dois que lhes sucedessem, não haveria inconvenientes em estar o govêrno dividido. Mas, se não houver mais que um, venha um que governe tudo e trate do serviço de Deus e de Vossa Magestade; e se não houver nenhum, como até agora parece que não houve, não venha nenhum, que melhor se governará o Estado sem êle, que com êle.»

A política de protecção de Portugal ao Pará começou a ter expressão concreta e clara nas ordens, autorizações e cartas régias com que, desde 1622, vinham sendo doadas e vinculadas várias extensões do seu imenso território a alguns portugueses como patriótico galardão por seus dedicados serviços, havendo até *Bento Maciel Parente*, em 1627, solicitado da metrópole «atenção para o que significava a gigantesca extensão do extremo-norte, a carecer de muitas vontades, muitas energias e grossos cabedais». Não só por fôrça desta sugestão, como ainda em continuação ao já antes praticado, a Bento Maciel Parente foi doada pelas cartas régias de 18-5-1634, 13-8-1636 e 14-6-1637, a capitania do *Cabo Norte*; em 3-12-1655, a da *Ilha do Marajó* a António de Sousa Macedo e, em 1681, a de *Xingú* a Gaspar de Sousa Freitas.

Tôdas estas capitâneas eram isentas da interferência (em

sua vida administrativa) dos capitães-mores e dos Governos do Estado.

O primeiro e mais antigo Regimento para a administração do Estado do Pará (que então abrangia tôda a Amazónia) data do ano de 1669.

E o auge de protecção real a êste Estado vê-se, como já ficou exposto, na determinação de D. José I, em 1751, na qual ponderava que «era precisa a assistência do governador e capitão-mor na cidade do Pará» e por isso determinava a transferência para ali da sede da Capitania, não já com a denominação de «Maranhão e Grão-Pará», mas sim de «Grão-Pará e Maranhão», sendo mais tarde (1772) constituído pela Amazónia pròpriamente dita um Estado, sem sujeição de qualquer natureza aos vice-reis do Brasil e apenas subordinado a Lisboa.

À vista do grande interêsse que, nessa época, a Metrópole votava às cousas e aos interêsses da Amazónia, no espírito de *Mendonça Furtado* chegou a aflorar a idéia da possível transferência da Côrte de Lisboa para Belém, idéia que logrou ganhar corpo e fazer adeptos, a ponto de até nas côrtes de 1822-23 haver sido ventilada.

E talvez por esta, além de outras razões, era tal o espírito de lusitanidade que, nessa época, se notava no Pará, que tendo sido aqui fundadas, entre 1755 e 1769, nada menos de 23 vilas (pequenas cidades) apenas a três foram dados nomes regionais, sendo os das vinte restantes os nomes de outras tantas cidades e vilas de Portugal, tais como: Bragança, Chaves, Alenquer, Melgaço, Almeirim, etc., etc.

Após a fundação de Belém e conseqüente estabelecimento do Estado do Pará, tornou-se esta cidade um centro de atracção de muitos vultos portuguezes que, uns enviados pelo govêrno

da Metrópole ou pelo governador geral do Brasil, outros vindos espontâneamente, impelidos pelo seu claro patriotismo, a-fim-de ajudar a defender êste pedaço de solo felicíssimo que de Portugal fazia parte integrante.

Para aqui convergiram também soldados e oficiais que, após haverem prestado seus serviços nas lutas contra os índios ou contra os estrangeiros, por aqui se estabeleceram como colonos e entraram a explorar as riquezas naturais da região.

Era isto, sem dúvida, o alvorecer da vida comercial da Amazónia, que desde o início parecia fadada para grandiosos sucessos futuros, a avaliar pelas referências que, na sua obra «Intentos da Jornada do Pará», Estácio da Silveira fazia à exuberante riqueza mineral e vegetal da Amazónia: «A terra sôbre que já se vai descobrindo ouro, prata e outros metais, esmeraldas, cristal, pedras de levar e outras preciosas, salitre e outros minerais e no rio pérolas de que já se viram e acharam bons princípios. Há infinitas madeiras, há pau de arco, coatiara que quer dizer pau pintado, as árvores das anhas que são como castanheiros, pau amarelo, pau santo, pau do Brasil, angelin, pau de rosa, pau vermelho, pau preto como ébano e outras infinitas madeiras que sobem ao céu e até estes paus que fazem tintas, vernizes e breu resinga; muita sêda e algodão, pita e barro, cal de ostras e tudo que não está muito perto vem com facilidade pelos rios que todos são navegáveis.»

O mesmo, na «Relação sumária das cousas do Maranhão», referindo-se ao Vale Amazónico, enumera-lhe de novo as riquezas minerais e vegetais, citando estas e destacadamente «o algodão, tabaco, canafistola, salsaparrilha, anil, pita, gengibre, pimenta, salsifrós, cravo e copahiba».

Estava, pois, lançada a agricultura, como base principal

do comércio do Pará; mas um escolho era preciso vencer-se: a falta de braços para o trabalho.

Escravos africanos, quási não chegavam aqui, um só caminho ficando, por isso, aos colonos portugueses: recorrer ao aborígene, ensinando-o e adaptando-o ao sistema de trabalho para aqui transplantado da Europa.

Dêste elemento indígena escrevia, já em 1616, *André Pereira*: «Há nêste rio (Amazonas) e em tôdas as partes dêle muito gentio, por extremo de diversas nações (tribus)», e o P.^o *Antônio Vieira*, em uma das suas importantes cartas ao Governo da Metrópole, avaliava em dois milhões o número de índios aqui existentes (incluindo o Maranhão).

Estes índios, porém, indolentes por natureza e refractários por hábito à idéia do trabalho a que o branco procurava submetê-los, fugiam do seu convívio, ganhando o coração da mata virgem, guerreavam-no e atacavam-no ferozmente, ocasionando-lhes tôda a sorte de danos e prejuízos.

O colono, por seu lado, impellido pela necessidade de braços, ia procurá-los, por bem ou por mal, convencendo-os por dádivas e argumentos, quando isto lhe era possível e em caso contrário, atacava-os, dava-lhes caça, escravizava-os finalmente.

E a Metrópole, que assistia extasiada a êste surto de grandeza e prosperidade, pouco, bem pouco fazia para estimulá-lo, limitando-se apenas à concessão de favores, facilidades e até liberdade aos ditos colonos portugueses, no sentido de conservar e ampliar essa colonização.

O documento mais antigo conhecido da colonização do Pará data de 6-3-1682 e é a carta régia na qual se ordenava que «não sejam criados embaraços aos casais que foram das Ilhas para o Pará».

A carta régia de 21-12-1692 tem exarada a aprovação do rei para a venda aos moradores da capitania do Pará de 145 negros vindos de Cacheu, ao preço de 55\$862 cada um.

Em princípio de 1752, chegou a Belém o «navio dos casais», trazendo dos Açôres, com destino a fixarem-se no Pará, 430 pessoas dos dois sexos. Em 1753, nova remessa de colonos brancos desembarcou em Belém de 3 naus de guerra e 2 navios mercantes, destinando-se os colonos desta leva não só ao Pará mas também ao Maranhão.

Em 25-10-1757, o 3.º bispo de Belém, *D. Miguel de Bulhões*, governador interino do Pará, tendo na máxima atenção a constituição da família, escrevia ao rei declarando-lhe que trabalharia quanto possível «por adiantar o importantíssimo estabelecimento da *união das índias com os brancos*, na forma que Sua Majestade manda e nestes dias se têm ajustado alguns casamentos e irão continuando, vendo quanto o dito Senhor os honra e favorece.» O final desta carta faz, por certo, alusão *ao dote* que o rei de Portugal mandava dar aos portugueses que no Pará se casassem com mulher índia e que era constituído por «um machado, uma foice, um ferro de cova, uma serra ou enxó, uma ou duas peças de bretanha e uma saia de Ruan ou de outra droga semelhante.»

Neste mesmo sentido, escrevia em 1759, *Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, irmão do *Marquês de Pombal*: «Trabalhei quanto possível por adiantar o estabelecimento da união dos europeus com as índias dêste Estado».

Eis, a traços gerais, as providências superiormente tomadas em favor da colonização do Pará e da Amazônia e tal era o desejo de que a mesma continuasse e se incrementasse que o rei, em seu alvará de 10-3-1732, estabelecia que «moças e

mulheres brancas aqui domiciliadas não podiam, sem licença régia, embarcar para o reino, salvo se fôsem para professar em convento».

E foi assim que, ao calor desta sensível protecção official e com o amparo da fé, a colonização portuguesa no Pará se foi processando, lenta mas persistentemente, de modo a pôr o mais brilhante remate à obra política da conquista e expansão que Portugal aqui vinha desenvolvendo desde a fundação de Belém por Francisco Caldeira Castelo Branco.

Foi ainda à sombra desta política de amparo e assistência que o Pará pôde chegar a ser um Estado rico e mundialmente conhecido, sendo mais tarde o seu pôrto (Belém) buscado por navios de tôdas as nacionalidades e os seus produtos disputados nos mais longínquos mercados do mundo.

O Pará ergue-se, pode bem dizer-se, porque o amparava o braço forte de Portugal, êsse braço forte e destemeroso que a todo o mundo levou, com a luz da civilização, o facho ardente da fé, o instinto da ordem e o amor ao trabalho.

A título meramente informativo e para demonstrar, de algum modo, o cuidado e esfôrço empregados pelos portugueses, depois de terem conquistado a Amazónia, para conservá-la íntegra no domínio de Portugal, junto a relação de fortificações (e casas fortes) por estes edificadas, algumas das quais ainda hoje se encontram de pé, como que a atestar, às gerações que passam, tôda a fé e patriotismo dos portugueses que nessas eras habitavam o Pará:

Forte de Gurupá	fundado em	1623
» » Destêrro	» »	1638
» » Araguari	» »	1660

Forte S. Pedro Nolasco	»	»	1665
» S. José do Rio Negro	»	»	1669
» N. S. ^a das Neves da Barra	»	»	1685
» de Pauxis	»	»	1698
Reduto de Macapá	»	»	1738
Bateria de Barcelos	»	»	1755
Forte de Curiahú	»	»	1765
» » Tabatinga	»	»	1770
Reduto de S. José	»	»	1771
Bateria de S. António	»	»	1773
Forte de S. Joaquim do Rio Branco	»	»	1776
» » N. S. ^a de Nazaré de Alcobaça	»	»	1780
Bateria das Ilhas dos Periquitos	»	»	1793
» de Bragança	»	»	1802



Reprodução duma página do códice «Descripção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz, etc.»

Recapitulação

De tudo o que fica exposto e ainda do muito que poderia acrescentar-se-lhe resulta a seguinte relação cronológica dos vultos que se distinguiram nas lutas, na civilização e na dominação do Pará (Amazónia), quer por portugueses, por haverem nascido em Portugal, quer mesmo nascidos no Brasil e que, nesse tempo, portugueses eram também por motivo de ser o Brasil, nessa época, colónia de Portugal.

Nisto foi ainda aproveitada a valiosa orientação do Dr. Artur Cesar Ferreira dos Reis, no seu livro «A Política de Portugal no Vale Amazónico»:

1616 — *Francisco Caldeira Castelo Branco*, vindo do Maranhão, fundou a cidade de Belém, edificou o forte do «Presépio» e dirigiu as suas vistas para o interior, em ordem à necessária expansão da capitania.

- 1616 — *Pedro Teixeira*, que acompanhou Caldeira a Belém, retorna, às ordens dêste, ao Maranhão a dar notícia da fundação de Belém.
- 1621 — *Pedro Teixeira*, de novo em Belém, é encarregado de castigar os Tupinambás, o que êle consegue de modo admirável.
- 1626 — *Pedro Teixeira*, encarregado de uma «Tropa de Resgates» (aprisionamento de índios) estende a sua acção até ao rio Tapajós.
- 1628 — *Pedro Teixeira* sobe o Amazonas com Bento Rodrigues de Oliveira; em outra «Tropa de Resgates».
- 1637 — *Pedro Teixeira*, comandando uma grande expedição, sobe o Amazonas, vai até Quito, assinala os limites da Amazónia no Napo e fornece apreciáveis elementos para as cartas geográficas desta região.
- 1640 — *Pedro Teixeira* é nomeado capitão-mor e governador do Pará, onde morreu logo no ano seguinte (1641).
- 1619 — *Jerónimo Fragoso de Albuquerque*, acompanhado de Pedro Teixeira, dá rude combate aos Tupinambás.
- 1619 — *Bento Maciel Parente* vem batendo os Tupinambás, desde o Maranhão.
- 1622 — *Luiz Aranha de Vasconcelos* vem ao Pará com poderes especiais para efectuar o reconhecimento do curso do Amazonas e expulsar dêle os estrangeiros.
- 1627 — *Pedro da Costa Favela* vai ao Tocantins com uma «Tropa de Resgates».
- 1632 — *Pedro da Costa Favela*, batendo os inglêses na foz do Amazonas, castigou também os índios que os ajudavam.

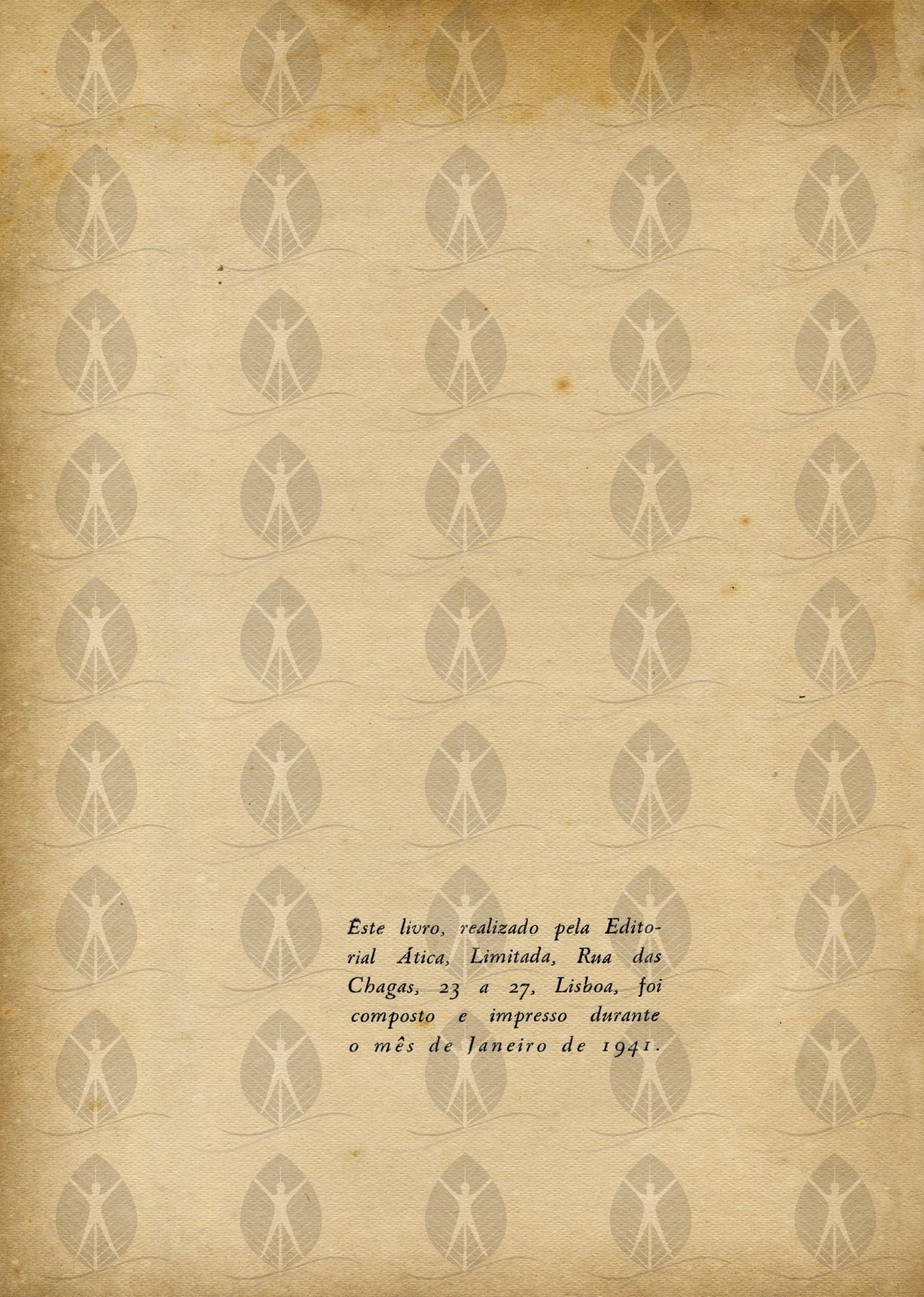
- 1660 — *Pedro da Costa Favela* levanta uma fortificação no Araguari.
- 1663 — *Pedro da Costa Favela*, auxiliado por António da Costa, infligiu grande derrota aos índios, vingando a morte de Vilela.
- 1668 — *Pedro da Costa Favela* leva uma «Tropa de Resgates» até ao Rio Negro.
- 1651 — *Bartolomeu Bueno de Ataíde* sobe até ao rio do Ouro, em busca de minas.
- 1653 — P.^o *António Vieira* chega a Belém, dedicando-se com denodo à catequese dos índios, por cuja libertação muito se interessou, dedicação esta que lhe valeu ir para Lisboa sob prisão, vindo a morrer aí em 1697.
- 1654 — *João de Betencourt Moniz* subiu até ao Jarí, batendo algumas tribus de índios e fazendo alianças com outras.
- 1663 — *Manuel Coelho* sobe até ao Solimões com uma «Tropa de Resgates».
- 1673 — *Francisco Lopes* sobe ao mesmo rio, com igual finalidade.
- 1674 — *António Raposo Tavares*, por ordem real, sobe o Tocantins em busca de minas de ouro.
- 1687 — O governador *António de Albuquerque Coelho de Carvalho*, depois de ir até ao Cabo Norte, sobe o Araguari.
- 1688 — *Hilário Sousa Azevedo* combate com êxito duas tribus de índios.
- 1692 — O mesmo repete o sucesso e com igual êxito.
- 1691 — *António de Miranda e Noronha* sobe o Solimões que declara posse da Coroa portuguesa.

- 1695 — O mesmo volta ao Solimões para examinar o estado das fronteiras, em vista da penetração espanhola.
- 1693 — *Guilherme Valente* chega até à tribo dos Manao, com quem conclue uma aliança proveitosa.
- 1697 — *Sousa Fundão* com José Moniz retomam aos franceses o forte de Cumari.
- 1702 — *Manuel Cordeiro Jordão* vai ao Marajó castigar os índios dali, vingando dois missionários por êles trucidados.
- 1706 — *Francisco Soeiro de Vilhena* vai ao Tapajós com uma «Tropa de Resgates».
- 1708 — *Pedro da Costa Rayol* castiga os índios de Uatuma por haverem assassinado dois missionários da Piedade.
- 1709 — *Inácio Corrêa* abre cisão com os jesuitas no Solimões, donde consegue expulsá-los.
- 1710 — *José Antunes Fonseca* combate os espanhóis no Solimões.
- 1711 — *Pedro Corrêa Teixeira* percorre o litoral até Cabo Norte, mas em missão inaproveitada por motivo dos excessos que praticou.
- 1716 — *João de Barros Guerra* bate os índios do rio Madeira, onde morre.
- 1720 — *Diogo Pinto da Gaia* explora o Tocantins e vinga a morte de um missionário Carmelita.
- 1722 — *Francisco de Melo Palheta* sobe até às cabeceiras do rio Madeira em viagem de inspecção dos limites.
- 1727 — O mesmo foi em comissão verificar os marcos divisórios da região de Oiapock entre o Pará e a Guyana francesa. Cumprida a sua missão, foi a Cayenne cum-

primentar o governador Claudio d'Orvillieres, em cuja casa saboreou, pela vez primeira, a deliciosa bebida, café. A despeito da proibição rigorosa do govêrno francês da exportação da semente do café, conseguiu Palheta trazer para o Pará algumas sementes e três pequeninas mudas, de onde se propagou o café para diversos outros Estados do Brasil. É por isso que a Palheta é dado vulgarmente o nome de «pai do café» no Brasil.

- 1723 — *João Pais do Amaral* vai ao cabo Norte verificar os padrões portugueses.
- 1724 — *Estêvão de Albuquerque* faz uma viagem de descobrimento ao Tapajós.
- 1725 — *Fernão Coelho de Sousa* sobe o mesmo rio.
- 1726 — O mesmo sobe o rio Negro e vai até ao Orenôco.
- 1728 — *José Rodrigues Santarém* vinga no Solimões um missionário carmelita, ali assassinado.
- 1731 — *Belchior Mendes de Moraes* sobe o Solimões, passa ao Maranon e intenta fundar uma fortaleza na foz do Napo.
- 1739 — *Francisco Fernão Cardoso e João Pacheco* descobrem minas de ouro num afluente do Tocantins.
- 1740 — *Lourenço Belforte e Francisco Xavier de Andrade* trazem do Rio Branco mais de mil escravos índios de uma só vez.
- 1741 — *João Pacheco do Couto e Jacinto Sampaio*, sertanistas, vindos do lado de S. Paulo, atingem o Tocantins.
- 1742 — *Manuel Filix de Lima*, também sertanista, partindo de Cuiabá, chegou ao Madeira e por êle atingiu Belém.

- 1747 — *João de Sousa Azevedo*, outro sertanista ainda, vindo de Itú, S. Paulo, através do Mato-Grosso, chegou ao Tapajós.
- 1749 — *José Leme do Prado* fêz o mesmo percurso, desceu o Madeira e por êle voltou de regresso, assim como João de Sousa Azevedo.
- 1782 — *D. Frei Caetano Brandão*, ilustre prelado português que, tendo ocupado a Sé de Belém apenas durante 7 anos, muito se dedicou ao bem, não só espiritual como até material, dêste Estado, dotando a cidade de Belém com dois grandes hospitais (uma das mais prementes necessidades dessa época) e benefício êsse que as gerações seguintes souberam reconhecer, dando oficialmente o seu nome à praça pública que fica fronteira à Catedral de Belém, onde êle pontificou.



Este livro, realizado pela Editorial Ática, Limitada, Rua das Chagas, 23 a 27, Lisboa, foi composto e impresso durante o mês de Janeiro de 1941.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA